



## PET: UM PROGRAMA DIRECIONADO AO APRIMORAMENTO DA EDUCAÇÃO

Doi: 10.4025/8cih.pphuem.4054

Antonio Carlos Andrade Gonçalves, UEM  
Mirian Marubayashi Hidalgo, UEM  
Sheila Maria Rosin, UEM

### Resumo

A percepção de expressivas limitações inerentes à universidade brasileira, o que se traduz em limitações inerentes ao domínio do conhecimento e do processo de educação, assim como impacta fortemente a construção do conhecimento nas diversas áreas, por meio da pesquisa científica, tem levado à proposição de diferentes ações no sentido de estabelecer mudanças neste contexto. Dentre elas, destaca-se a proposição do Programa de educação tutorial (PET), ao final da década de setenta. Estabelecido como programa especial de treinamento, na CAPES, em 1979, este programa teve como essência a conjugação da tríade universitária: ensino-pesquisa-extensão, em grupos de educação tutorial, com doze integrantes discentes e um tutor, profissional de destaque, inspirado e inspirador. O propósito era selecionar os acadêmicos com melhores perspectivas e levar a eles uma formação diferenciada, para compor um núcleo de qualidade profissional dentro daquela área, inerente ao curso de graduação. A expectativa era de que estes contribuíssem para o incremento de qualidade do curso de graduação bem como promovessem o incremento de qualidade necessário para o avanço geral da área de conhecimento, aperfeiçoando, inclusive, as instituições de ensino, de pesquisa e de extensão. Ao longo dos seus quase quarenta anos de existência, o programa passou por diversas modificações, em termos legais, em termos de perspectivas e objetivos, incorporou novos elementos e abandonou alguns, em um processo de aperfeiçoamento que, apesar das profundas adversidades, trouxe-o ao momento presente, como um poderoso agente de transformação e implementação de qualidade no processo de ensino superior, nas diversas áreas do conhecimento científico.

### Palavras Chave:

Educação superior,  
Universidade, PET,  
história.

## Introdução

O Brasil tem buscado ações consistentes no sentido de reverter um cenário desfavorável em termos de domínio do conhecimento e do processo de educação da sua população. O plano nacional de Pós-graduação, responsável por canalizar grande parte dos esforços e dos recursos destinados à ciência e tecnologia, incorpora o princípio de que o sistema educacional é fator estratégico no processo de desenvolvimento socioeconômico e cultural da sociedade brasileira. Esta visão o faz sintonizado com a chamada era da informação, na qual a posse do conhecimento, mais que em qualquer outro momento da história da humanidade, determina as condições de vida na sociedade. O desenvolvimento e a qualidade de vida de uma nação dependem de seu nível cultural e científico, o que depende fundamentalmente do seu ensino superior.

Buscando as origens históricas da instituição universitária, pode-se identificar o seu nascimento na idade média, a partir do século XII. A universidade passa por transformações, decorrentes dos fatos históricos e chega ao século XIX adequando-se às profundas transformações sociais, políticas e econômicas, ocorridas, sobretudo, no velho mundo. Na América espanhola, a universidade chega a partir do século XVI, como exemplo, pode-se citar a universidade de Córdoba, na Argentina, fundada em 1613, pelos jesuítas. O Brasil, infelizmente, esteve fora do processo até ao final do século XIX, quando o mundo todo, inclusive parte da América Latina, discutia um modelo de universidade detentora do conhecimento, gerado pela pesquisa científica.

Fica evidente assim que a universidade no Brasil surgiu tardiamente, em relação a grande parte do mundo. Considerando as atribuições de natureza social política e econômica vividas pela população brasileira durante o século XX,

é de se esperar que esta instituição seja ainda relativamente frágil no país. Os indicadores internacionais utilizados para monitorar o ensino superior, bem como a geração de conhecimento científico e tecnológico, sinalizam para esta fragilidade do nosso sistema universitário. Assim, embora o mundo dê mostras de que o fomento à educação superior é um dos mais consistentes meios para consolidar o Produto Interno Bruto (PIB) de uma nação, a universidade brasileira vive eternamente uma crise financeira, com enormes dificuldades para fazer cumprir o seu papel no cenário nacional.

Embora sejam evidentes os avanços ocorridos nas últimas décadas, não se pode ignorar que esta trajetória da universidade no Brasil traz hoje o ensino superior para uma condição na qual os vínculos são ainda um tanto quanto tênues com o propósito precípua de consolidar conhecimento como mecanismo de evolução social. A trajetória da universidade, delineada pelas diretrizes vigentes nas três décadas anteriores, converge para a situação atual do ensino superior na qual, em grande extensão, a docência é entendida como transmissão rápida de conhecimento, ignorando-se as inter-relações entre as disciplinas e desprezando-se a importância da relação professor-aluno. Busca-se o preparo rápido e direcionado para o mercado de trabalho. Pesquisa é menos o conhecimento das relações causa-consequência e mais o exercício de gerenciamento dos meios em torno de alguma coisa. Extensão se esvazia por ausência de um compromisso da organização com a sociedade, sua mantenedora, que dela espera, muitas vezes em vão, um retorno em termos de subsídios para uma vida melhor, em condições sustentáveis.

A busca do preenchimento deste vazio levou à geração de algumas iniciativas. A mais consistente e abrangente é a que busca na educação tutorial os meios para superar as

profundas deficiências identificadas no modelo atual. Tendo sido identificadas as lacunas existentes na educação superior durante os anos 1970, ao final da mesma, uma ideia revolucionária é colocada em ação na universidade brasileira, dando mostras da capacidade deste povo de enfrentar o cenário desfavorável em torno da educação superior: trata-se do Programa Especial de Treinamento, colocado em prática a partir de 1979. Seu propósito primeiro era de contrapor, às diretrizes desfavoráveis norteadoras do nosso ensino superior, a indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão.

As universidades brasileiras não estão entre as cem melhores do mundo, ou seja, não temos uma universidade de classe internacional (UCI). Uma universidade deste nível, além de reunir desenvolvimento tecnológico e científico de ponta, investe fortemente na formação do indivíduo, do ponto de vista cultural, político, social, buscando construir o cidadão, de forma ampla, diferenciada. O programa PET, criado em 1979, na CAPES, é um embrião para construir um paradigma e termos futuramente uma UCI. Esta que proporciona a formação de indivíduos de melhor qualidade para serem futuros líderes, nos mais diversos segmentos da sociedade organizada. Procura-se formar indivíduos de qualidade individuais amplas (técnicas, culturais, políticas), com iniciativa, com disponibilidade, engajamento, fidelidade, ética, o qual tenha curiosidade para o aprendizado, persistência, boa apresentação pessoal, habilidade para lidar em grupo, cordialidade, bom humor, que compreenda, sobretudo, o conceito de responsabilidade social inerente à sua condição.

## Objetivos

Os objetivos desta pesquisa foram sistematizar e analisar os principais

fatos ocorridos no Programa de Educação Tutorial, entre os anos de 2005 a 2017, a fim de resgatar a história do Pet e sua importância como Programa destinado à graduação, compreender a configuração atual do Programa de Educação Tutorial a partir das alterações propostas pela portaria nº. 976 além de analisar a importância dos grupos da UEM no cenário institucional, regional e nacional, na constituição e manutenção do Programa.

## Resultados

O Programa de Educação Tutorial (PET), criado como Programa Especial de Treinamento, foi implementado pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) no ano de 1979 e idealizado pelo então diretor da Fundação Prof. Dr. Claudio de Moura e Castro<sup>1</sup>.

Moura e Castro (1999), pretendeu a criação do programa aos moldes do que já existia na Faculdade de Economia e Administração de Minas Gerais, que selecionava cinco ou seis dos melhores alunos de cada turma que receberiam uma bolsa para formarem grupos de estudos. Esta iniciativa, por sua vez, baseou-se nos programas das universidades inglesas e americanas, nestas “o *Honor Programs*, treinamento avançado em disciplinas mais rigorosas, destinadas aos melhores alunos” (MÜLLER, 2003, p. 23).

De acordo com Moura e Castro (1999), a ideia era formar uma universidade de elite no interior de uma universidade de massa, ou seja, em resposta a massificação do ensino que possibilitou a entrada nas universidades de estudantes com formação muito diferenciada e, muitas vezes, deficitária pretendia-se, desta forma, “formar grupos

---

<sup>1</sup> Em 2003, durante o VIII ENAPET, o então ministro da Educação Cristovam Buarque passa a

denominar o PET de Programa de Educação Tutorial, denominação que se tornou oficial com a portaria n.19 de 2004.

com qualidade acadêmica comprovada, nos quais se concentrassem esforços a fim de se fortalecer a formação profissional de seus membros” (MÜLLER, 2003, p. 22). O PET foi assim implantado como um programa de excelência, selecionando os melhores alunos de um determinado curso que, tutoriados por um professor-tutor, desenvolveriam atividades acadêmicas extracurriculares e grupos de estudos.

Em 2000, o Pet passa a ser coordenado pelo Departamento de Projetos Especiais de Modernização e Qualificação do Ensino Superior (DEPEM) da Secretaria de Educação Superior (SESu) do Ministério da Educação (MEC). Até o ano de 2010, com a publicação da portaria nº. 976, o Programa era formado por grupos de até 12 bolsistas, escolhidos por meio de uma seleção pública, orientados por um professor tutor, que desenvolviam atividades extracurriculares de ensino, pesquisa e extensão de forma integrada, com objetivo de estimular a melhoria do ensino de graduação e atuando como agentes multiplicadores (MARTIN, 2005). O aluno ingressava no Programa no final do primeiro ano ou no início do segundo e para permanecer nele deveria: “manter bom rendimento acadêmico, ter dedicação integral, participação ativa e não receber outro tipo de bolsa” (MARTIN, 2005, p. 5).

Contudo, o Programa foi regulamentado apenas no ano de 2005 pela Lei nº 11.180 e pela portaria do Ministério da Educação (MEC) nº 3.385 publicadas em Diário Oficial em 2005. No ano de 2006 ocorre ainda a elaboração do Manual de Orientações Básicas do Programa de Educação Tutorial.

Na Lei nº. 11.180 de 23 de setembro de 2005 o Programa de Educação Tutorial é abordado do artigo 12º ao 15º. O ART. 12 em seu *caput* define que o Programa, instituído no âmbito do Ministério da Educação, é “destinado a fomentar grupos de aprendizagem tutorial mediante a concessão de bolsas de

iniciação científica a estudantes de graduação e bolsas de tutoria a professores tutores de grupos PET”. O referido artigo possui quatro parágrafos que versam sobre a organização do Programa: taxas de custeio, composição dos grupos e processo seletivo.

O Art. 2º da portaria nº 3.385 de 29 de setembro de 2005, tendo em vista o disposto da lei nº 11.180, concebe o PET como “um programa de educação tutorial desenvolvido em grupos organizados a partir de cursos de graduação das instituições de ensino do País, orientados pelo princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. O artigo possui cinco incisos que dispõem sobre os objetivos do Programa, quais sejam: desenvolver atividades acadêmicas de alto padrão de qualidade (I); contribuir para a qualidade de formação do aluno de graduação (II); estimular a formação científica, tecnológicas, acadêmica e técnica dos profissionais e dos docentes (III); formular estratégias de desenvolvimento e de modernização do ensino superior (IV) e estimular o espírito crítico e a formação profissional pautada na cidadania e na função social da educação superior (V).

No ano de 2006 foi reelaborado o Manual de Orientações Básicas do Pet, a partir do Manual de 2002. Este documento segue as determinações legais das leis citadas além de sugestões da comunidade petiana e dos gestores do Programa. Sugestões estas que foram analisadas, pela SESU/MEC, a partir das normas que regem legalmente o programa para que não houvesse duplicidade de informações ou inconsistências legais. O Manual é estruturado em: Introdução, Capítulo I e Capítulo II. O Capítulo I apresenta as normas gerais do Programa: filosofia, objetivos, característica, estrutura e atribuições e disposições transitórias. O Capítulo II refere-se aos procedimentos: requisitos e procedimento para o ingresso no programa, atividades, acompanhamento e avaliação do

Programa e benefícios.

A Portaria n.º 591, de junho de 2009, revoga as Portarias anteriores e apresenta algumas modificações na estrutura organizacional do Pet, contudo não altera sua concepção original. Modificações mais significativas foram introduzidas pela Portaria MEC n.º 976, de 27 de julho de 2010 que, em seu artigo 3º, determina que o Pet se organizará academicamente a partir de formação em nível de graduação, mediante a organização de grupos de estudantes sob a orientação de um professor tutor. No *caput* deste artigo, acrescenta-se, em relação a Portaria n.º 591, o termo “formação em nível de graduação” utilizado em toda a portaria usado para substituir o termo “curso de graduação”, o que indica que os grupos não necessariamente sejam formados apenas no interior de um curso, mas também por áreas de interesses, ou afins, envolvendo acadêmicos oriundos de mais de um curso de graduação.

Atualmente o programa se encontra sob a égide da mesma portaria, mas republicada em outubro de 2013, trazendo algumas alterações promovidas pela portaria 343 deste ano. Estas alterações não modificam a estrutura do programa, apenas esclarecem elementos em termos de atuações do conselho superior, da comissão de avaliação, do CLAA, além de fixar alguns critérios em termos do processo de seleção para os grupos.

### Considerações Finais

Entre os inúmeros caminhos pelos quais poderíamos trilhar um trabalho que se propõe a sistematizar e analisar os principais fatos ocorridos no Programa de Educação Tutorial optou-se por percorrer o da investigação histórica. Concordamos com Keide e Jacó-Vilela (1999, p. 278) quando afirmam que: “analisar, pela ótica da História, aquilo que somos e como chegamos a sê-lo é, portanto, definir com maior clareza aquilo que desejamos nos tornar”. O caminho da

reconstrução histórica nos pareceu ser fundamental para um estudo que se propõe a tal discussão, pois, parafraseando Massimi (1996, p. 98), “[...] o anti-historicismo pode determinar a esterilidade ou perda de identidade de uma área do saber.”

Procuramos assim, por meio das ações descritas acima, demonstrar que a educação tutorial, centrada no indivíduo e na sua interação com a comunidade e com a sociedade, busca resgatar aquilo que está esquecido na universidade operacional: a formação. No sentido técnico, profissional, e no sentido cidadão. No primeiro sentido, com ações relacionadas ao ENSINO, buscando novos paradigmas para o tratamento das questões profissionais, do conhecimento relacionado à profissão bem como das inter-relações com as áreas afins. PESQUISA, como a oportunidade do exercício constante de ações investigativas que permitam a construção da compreensão de que pesquisa exige cumprir a trajetória: DADOS – INFORMAÇÃO – CONHECIMENTO – DECISÃO exercitando raciocínio, análise crítica, discordâncias, criatividade. Que a ação de pesquisa não pode ser apenas a execução de “protocolos” estabelecidos com eventuais alterações de algumas variáveis.

No sentido da construção da cidadania, relacionada com a abordagem crítica do modelo, da compreensão de que a formação superior não pode ter como eco apenas a ascensão social individual, mas como o compromisso de formação de cidadãos aptos a efetivamente contribuir para, de posse da sua visão holística, uma sociedade mais coerente, em todos os aspectos. O aluno integrante do grupo é inserido em uma dinâmica inovadora, para transformar a sua formação em nível de graduação, tendo como eixo de ação o desenvolvimento de atividades extracurriculares, mediante tutoria (NEVES, 2003). Estas atividades integram ensino, pesquisa e extensão, e têm como

objetivo central construir um profissional situado social e historicamente na sua sociedade (SILVA et al., 2010). Dentro do grupo, busca-se o exercício da educação tutorial conforme estabelecido por Freire (2006), segundo o qual a educação não é apenas a reprodução do conhecimento. O docente deve ser agente de transformação no educando, levando-o à capacidade de reflexão, e não um mero “doador” que repassa como recebeu. É a prática de diálogos, a construção de significados, para a libertação dos determinismos arraigados.

Desde o seu início, o grande desafio do PET foi delinear as ações necessárias e eficientes à busca dos seus objetivos, centrados na formação individual de qualidade. A indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão sempre foi elemento central neste processo, mas, para além dela, as ações que permitam a formação de um indivíduo com suas habilidades individuais desenvolvidas, bem como a sua consciência crítica e a sua compreensão da responsabilidade social inerente à sua trajetória, são imprescindíveis. Este é o desafio do tutor: conhecer e compreender a diversidade de perfis individuais integrantes do grupo e fixar a trajetória para que o grupo desenvolva suas atividades concomitantemente ao desenvolvimento individual. Isto começa no processo de seleção, quando é importante incorporar ao grupo perfis distintos, de forma a que eles se confrontem, em certo nível e que se completem, proporcionando oportunidades múltiplas a todos.

No sentido da extensão, ao compreender que, ao final de tudo isto, a essência do conhecimento é a sua aplicação prática. Que a sociedade depende da universidade para formar, mais que ótimos profissionais, o que é essencial, formar indivíduos críticos, criativos e cuidantes, como nas brilhantes palavras de Leonardo Boff. Críticos por entender que a cada conhecimento está

vinculado algum interesse. Criativo por ser capaz de refletir sobre as diversas questões em torno da existência humana, correlacionar isto com a sua área de atuação profissional e, a partir daí criar algo novo que atenda aos anseios da sociedade em relação à busca de sustentabilidade e qualidade. E cuidante por entender que todo isto só faz sentido se tiver como centro o ser humano, cuidar para que o conhecimento seja instrumento da evolução social, nos aspectos prementes que se estabelecem em torno da existência humana.

Neste momento, a característica comum a todos os selecionados deve ser o interesse em avançar, progredir na sua trajetória individual, mesmo que isto claramente signifique sair da região de conforto. No Brasil, em especial, isto se mostra uma dificuldade considerável. Por um lado, temos uma sociedade atemorizada pela criminalidade, pela corrupção, pela fragilidade do poder público e das instituições, o que leva os pais a transferir, no ímpeto de propor segurança, um temor por demais elevado às crianças, o que conduz a uma juventude pouco disposta a se atirar em busca de horizontes mais abrangentes. Além disto, esta região de conforto é associada aos valores materiais típicos de uma sociedade com forte apelo para o consumismo, que distancia os jovens de valores culturais, o que é corroborado por um padrão educacional seguidamente caracterizado como um dos piores do mundo, o que é determinante para um quadro no qual grande parte dos jovens chega à universidade com claro propósito de atender seus interesses individuais de inserção social de forma direta, imediatista, sem visão de contexto social, político e econômico. O primeiro desafio do tutor é selecionar aqueles que terão condições de compreender e de engajar em um processo que os levará a uma condição diferenciada da grande maioria, em termos de desenvolvimento de habilidades individuais e de compreensão. Selecionar aqueles indivíduos que têm

potencial para, além de serem pessoas convenientes para si mesmo, serem também convenientes para a sociedade, por seus valores, por suas habilidades e por suas atitudes.

O conjunto de alunos que ingressam no curso de graduação é um universo amplo, embora estes indivíduos tenham sido conduzidos até então dentro de uma sociedade que fixou este cenário relativamente comum a todos. Assim, o Programa de Educação Tutorial tem início no processo de seleção, quando então se deve procurar selecionar diferentes perfis individuais, para compor um grupo heterogêneo, de forma a que a pluralidade de ideias e percepções seja, por si mesma, um agente desafiador, a impor a todos a necessidade de ter as suas percepções, compreender que outros tem outras percepções, diferentes das suas. A partir daí surgirá a necessidade de se construir argumentos e utilizá-los em defesa das suas ideias e, concomitantemente, a capacidade de compreender que outros terão outros argumentos, a defender outras ideias, e que é necessária muita negociação, para se viver em um ambiente coletivo.

Estes jovens devem ser estimulados e orientados a sair da região de conforto e buscar uma visão mais abrangente do universo que os cerca. Conforme o mito da Caverna de Platão devem romper as barreiras que os faz ter uma visão restrita do todo e serem capazes de enxergar com mais amplitude. Este é um grande desafio para o tutor: liderar o grupo na construção deste caminho para o conhecimento que liberta. Neste caminho, é essencial evitar a especialização prematura, buscando a formação do petiano de acordo com a indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão, com exercício da cidadania e responsabilidade social.

Desta forma, para além das questões referentes aos aspectos filosóficos do Programa temos que lidar, na prática, com as bases legais que regem

o mesmo. Diante do apresentado, concluímos que, embora cercado de dificuldades, a partir da Lei nº. 11.180, de 23/09/2005, fixou-se uma base legal para o PET, o que permitiu definir os meios para pagamento de bolsas de tutores e alunos com relativa periodicidade. Neste momento também houve a mudança de foco acompanhada da mudança do nome do programa, o qual passou a ser denominado Programa de Educação Tutorial, com propósitos de formar cidadãos mais críticos quanto às suas atitudes no contexto social, evidenciando a ênfase no indivíduo. Em 2008 foi retomado o crescimento, com a ampliação para 75 IES, 400 grupos e tutores e 4440 bolsistas (DIAS et al., 2009). Em 2010, no entanto, com a imposição da portaria nº 976, elaborada sem a participação da comunidade petiana, o PET foi profundamente ferido em suas diretrizes. A partir daí o formato do programa foi redefinido de forma a abrigar o programa “Conexões de Saberes” e grandes mudanças foram estabelecidas. Deste então, vive-se uma expectativa permanente em relação às questões de gestão do Programa, bem como de avaliação do mesmo, junto à SESu.

## Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. **Lei nº. 11.180, de 23 de setembro de 2005**. Brasília, DF: MEC, 2005. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12227%3Aprograma-de-educacao-tutorial-pet&catid=232%3Apet-programa-de-educacao-tutorial&Itemid=480](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12227%3Aprograma-de-educacao-tutorial-pet&catid=232%3Apet-programa-de-educacao-tutorial&Itemid=480)>. Acesso em: 21 jan. 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. **Portaria n. 976, de 27 de Julho de 2010**. Diário Oficial da União, Brasília, DF: MEC, 2010. Seção 1, página 103/104. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12227%3Aprograma-de-educacao-tutorial-pet&catid=232%3Apet-programa-de-educacao-tutorial&Itemid=480](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12227%3Aprograma-de-educacao-tutorial-pet&catid=232%3Apet-programa-de-educacao-tutorial&Itemid=480)>. Acesso em: 21 jan. 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. **Portaria n. 343, de 24 de abril de 2013**. Diário Oficial da União, Brasília, DF: MEC, 2010. Seção 1, página 24/25. Disponível em:

[http://mecsrv125.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12227&Itemid=484](http://mecsrv125.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12227&Itemid=484). Acesso em: 07 maio 2015.

MOURA E CASTRO, C de M. PET: houve distorções? **Jornal da UNESP**, Marília, n. 141, nov. 1999.

KEIDE, R.; JACÓ-VILELA, A. M. “Mens in corpore”: o positivismo e o discurso psicológico do século XIX no Brasil. In: JACÓ-VILELE, A. M. JABUR, F; RODRIGUES, E. de B. C. **Clio-Psiché: história da psicologia no Brasil**. Rio de Janeiro: NAPE, 1999. p. 261-280.

MARTIN, M. G. M. B. **O Programa de Educação Tutorial – PET**: formação ampla na graduação. 2007. 96 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Curitiba, Curitiba, 2005.

MASSIMI, M. Estudos históricos acerca da psicologia brasileira: uma contribuição. In: CAMPOS, Regina Helena de Freitas (Org.). **História da psicologia**. São Paulo: EDUC, 1996. p. 79-93.

MOURA E CASTRO, C de M. PET: houve distorções? **Jornal da UNESP**, Marília, n. 141, nov. 1999.

MÜLLER, A. **Qualidade no ensino superior**: a luta em defesa do Programa Especial de Treinamento. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

NEVES, M. C. D. **PET**: correspondência de uma guerra particular. Maringá: Massoni, 2003.

NEVES, M. C. D.; HIDALGO, M. M. (Org.). **Reinventado a graduação**: os grupos do Programa de Educação Tutorial (PET) da UEM. Maringá: Massoni, 2005.

RISTOFF, D. I. A tríplice crise da universidade brasileira. In: TRINDADE, H. (Org.).

**Universidade em Ruínas**: na república dos professores. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 201-210.

SILVA, T. L. G.; ANDRADES, B. D.; SCARPARO, H. B. K.; PIZZINATO, A. A educação tutorial-reflexão de docentes sobre suas práticas. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 39, n. 25, p. 108-130, 2010.